

Título: Educação Inclusiva e as contribuições do pensamento de Paulo Freire

Autora: Danielle Nunes Martins do Prado (doutoranda em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa / Universidade Estadual de Londrina – Brasil

Resumo: A Constituição Brasileira regulamenta a educação como um dos primeiros direitos sociais dos cidadãos. Em relação a educação inclusiva, o desafio é refletir sobre o direito de todos, desde os pequenos, com ou sem necessidades educacionais especiais. Trata-se de um modelo de educação que propõem escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Ou seja, a escola precisa acolher a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, de linguagens e outras evitando situações de preconceito e discriminação. O pensamento de Freire apresenta princípios da Educação Inclusiva ao questionar os processos de exclusão que ocorrem no espaço escolar e a ausência de acolhimento da diversidade de seu público. O presente texto constitui um recorte da pesquisa de Doutorado em Educação em andamento sobre formação do professor para a educação inclusiva e tem como objetivo analisar algumas contribuições do pensamento de Paulo Freire para uma educação mais inclusiva e emancipadora. A partir de pesquisa bibliográfica os conceitos como dialogicidade, politicidade do ato educativo e educação bancária são apresentados, fazendo relação com a urgência de se desenvolver práticas pedagógicas inclusivas. Concluímos que a formação continuada dos professores pode contribuir de maneira relevante, informando, esclarecendo e formando os professores, por meio do diálogo e da reflexão de suas experiências na luta pela inclusão.

Palavras-chave: educação inclusiva, pedagogia freiriana, formação de professor

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DÍEZ, Anabel. (2010). Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Revista Inclusão: Revista de Educação Especial, Brasília, v. 5, n. 1, p. 16-25.

FREIRE, Paulo. (2001). Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.). Pedagogia dos Sonhos Possíveis. São Paulo: UNESP.

\_\_\_\_\_.(1996). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (2001). Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra.

SAVIANI, Dermeval. (2013). Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. Educação & Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124.p. 743-760.